

O fazer Cronístico no mosteiro de S. Cruz de Coimbra (século XIV)

Leandro Alves Teodoro*

Resumo

Procurei compreender, nessa apresentação, a concepção de história que fundamentou as histórias narradas pelas *Crônicas Breves*. Assim, tentarei notar que era prática corrente, em S. Cruz, uma escrita que fazia da própria memória do mosteiro um caminho para explorar a história do reino. Para lá disso, também será abordado outros dois pontos: o modo como os crúzios se viam no mundo e a moral religiosa que revestiu essa produção cronística.

Palavras-chave: S. Cruz de Coimbra; Portugal; *Crônicas Breves*.

Résumé:

L'intention de cette présentation est comprendre la conception de histoire qui caractérise l'écriture des *Crônicas Breves*. Ainsi, on essayerai de faire attention que, au monastère de S. Cruz, les moines faisaient de la propre mémoire du monastère un chemin pour exploiter la histoire du royaume. De plus, sera aussi contempler deux autre point très important: la façon comme les cruzios se virent et la morale religieuse qui recouvra a production de ces chroniques.

Mots-clé: S. Cruz de Coimbra; Portugal; *Crônicas Breves*.

Na hagiografia sobre o cônego D. Teotônio trasladada para o português, no século XIV, por um monge anônimo do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, aparece a seguinte história da fundação deste mosteiro:

Portanto na era de 1171,¹ ou anno da Incarnação do Filho de Deus, 1132, se ajuctaram [os padres] em um Mosteiro, no tempo do claríssimo Infante Affonso, filho do Conde D. Henrique e da Rainha D. Thereza; o qual Infante era então Duque de Portugal; mas no decurso do tempo, por liberdade da graça divina, foi illustre Rei de quase toda a Lusitania e parte da Galliza. Animados por auctoridade d'este Principe, e por conselho de Veneravel Bispo de Coimbra, D. Bernardo e de todos os bons d'uma e outra ordem, começaram e edificar o Mosteiro em honra da S. Cruz e da Beata Virgem Mãe de Deus, nos dictos banhos, a 4 das Calendas de Julho, na Virgilia dos Apostolos Pedro e Paulo: e a 6 das Calendas do seguinte Março, na cabeça e principio de jejum, já não doze, mas quase setenta e dois se armaram soldados de Christo, para viver em commum, seguindo o propósito dos Apostolos, com o habito e regra de S. Agostinho. (VIDA DE S. TEOTONIO, 1948: 88-89)

Embora o objetivo da obra fosse descrever as virtudes e os costumes santos da beata vida de D. Teotônio, a história do mosteiro ocupou significativo espaço na trama. O copista anônimo apresenta um homem que, desde criança, já era um devoto das palavras de Deus e

¹ *(Mestrando Unesp-Franca/Fapesp)

□ Durante a Idade Média se utilizou em Portugal mais de um calendário, somente na primeira metade do século XV, D. João I padronizou o calendário.

que, quando adulto, pôde fazer da sua fé exemplar instrumento para instruir o rei Afonso Henriques na luta contra os mouros. O relato da vida de D. Teotônio confunde-se, portanto, com a própria história do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, pois foi como prior deste mosteiro que ele se consagrou na sua vida apostólica, regida, segundo o copista anônimo, pelos ensinamentos da regra de S. Agostinho. As obras compiladas no *scriptorium* de S. Cruz, entre os séculos XIV e XV, como esta hagiografia da vida D. Teotônio, em vernáculo, e as *Crônicas breves e memórias avulsas do mosteiro de S. Cruz de Coimbra*,² um texto mais assumidamente histórico, alimentaram-se principalmente das histórias da época em que Afonso Henriques fundou o mosteiro. Em outras palavras, este mosteiro nada mais fazia do que se dispor a contar a formação de Portugal, levando em consideração que o reino fora demarcado a partir das igrejas, mosteiros e bispados que ali foram estabelecidos.

De saída, é válido dizer que, entre os séculos XII e XIV, o poder monárquico português procurou se alicerçar sobre bases eclesiásticas. Os primeiros monarcas portugueses, a propósito, usaram a divisão clerical em bispados para gerenciar o reino e as instituições eclesiásticas para representar o poder temporal em lugares onde o rei não estava.³ Essa inter-relação entre as instituições eclesiásticas e monárquicas está longe de ser peculiaridade de Portugal, como destacam diversos autores. Segundo Jacques Verger, por exemplo, na França, o aparelho administrativo clerical influenciou, sobretudo, a divisão administrativa do território, a organização de assembleias representativas e os tipos de impostos implementados (VERGER, 1986: 31-41). Assim como na França, o sistema administrativo português acompanhava o desenvolvimento das estruturas eclesiásticas. Foram as instituições clericais, em Portugal, que deram o primeiro passo para a delimitação do reino, tanto na formação de modelos administrativos como na montagem do primeiro arquivo histórico, afinal foi o mosteiro de S. Cruz que tomou para si a responsabilidade de preservar a memória de Portugal,

² Segundo L. Krus, as *Crônicas Breves* foram escritos de fundo histórico compilados no século XV e impressas, pela primeira vez, por Alexandre Herculano no século XIX. No século XVI, S. Cruz teve ainda o cuidado de encadernar todos os manuscritos das futuras *Crônicas Breves* com o nome de *Livro de Lembranças*. Já Saraiva diz que as *Crônicas Breves* foram escritas no século XIV e que se remetiam a uma tradição jogralca do século anterior. (SARAIVA, 1991). Rodrigues Lapa, ao contrário de L. Krus e de Saraiva, contesta qualquer fixação de uma possível data para a origem das *Crônicas Breves*, uma vez que a escrita monástica portuguesa não se atualizava com frequência, por isso um manuscrito que aparentemente era do século XV pode ser do século XIV. No entanto, é sabido que cada fragmento desta crônica se refere a um documento em especial e foi compilado em uma época diferente dos restantes. (LAPA, 1966: p.268-269)

³ Segundo Oliveira Marque, para efeitos administrativos usavam-se até meados do século XIV a divisão eclesiástica em bispados, depois se começou a aplicar a divisão judicial em comarcas e em almoxarifados. Nesse sentido, o período abordado pelos *Crônicas Breves* e pela *Crônica de Afonso Henriques*, se teve um governo régio que procurou se alicerçar sobre bases eclesiásticas. (MARQUES, 1987).

registrando uma história que incluía principalmente episódios protagonizados por Afonso Henriques e D. Teotônio.

O lugar de S. Cruz no reino, entre os séculos XII e XIV, é especialmente destacado, sobretudo, por dois fatores: as circunstâncias históricas favoreceram que os mosteiros, além de zelarem pela fé cristã através do ordenamento do culto, fizessem da escrita da história um meio para que os valores cristãos fossem preservados, conjuntamente com a construção da memória do reino. Esses dois pontos tornam-se indissociáveis, uma vez que S. Cruz se inseria, desde o século XII, em uma rede de instituições clericais, cujas principais funções no reino eram o cuidado da fé e a preservação da história como um complemento das atividades religiosas. Essa dupla função foi especialmente por esse duplo potencial que Afonso Henriques⁴ fez das principais instituições eclesásticas portuguesas uma extensão do poder monárquico pelo território. Antes da criação do cargo de cronista-mor, em 1534, o *scriptorium* de S. Cruz, como vimos, era um dos poucos lugares onde se autenticava as histórias dignas de fé. Para que o poder monárquico se mantivesse, era necessário um saber, um conhecimento que assegurasse moralmente este poder (BLANCHARD, J; MÜHLETHALER, 2002: 188). S. Cruz nada mais fez do que garantir, através da escrita, a imortalização e sacralização de um passado que é construído com diversos ornamentos morais, amparados na idéia de que Deus interferia constantemente na vida dos homens e do reino português. Os crúzios procuravam apresentar uma ordem social, um universo que se equilibrava a partir do cruzamento do papel social dos mosteiros e da vontade da monarquia de restaurar a fé cristã em Portugal. Desse modo, a história que S. Cruz nos conta não passa de um ajuntamento da história dos santos, das relíquias e dos soberanos do reino português.

No século XIV, grosso modo, os escritos dos crúzios relacionavam informações relativas ao passado do mosteiro com referências aos monarcas, elaborando um conjunto de textos fundados em uma visão régio-monástica da história de Portugal. (CRUZ, 1968). Em outras palavras, era prática corrente, em Santa Cruz, uma escrita que fazia da própria memória do mosteiro um caminho para explorar a história do reino. A bem da verdade, para o *scriptorium* de S. Cruz, a partir da criação do mundo, existia somente uma história possível para ser descrita, ou seja, uma única ordem para que os eventos históricos se combinassem, uma ordem controlada de cima, ou melhor, conduzida pela vontade divina. Buscando respeitar esta ordem, os monges copistas do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, que viam na

⁴ Para Marcelo Caetano, no governo de Afonso Henriques, surge com destaque o ofício de rei, ou seja, funções e poderes próprios do governante. Entre os encargos que caracterizavam esse ofício, pode-se mencionar a chefia militar e a imagem de protetor da Igreja. (CAETANO, M. s.d: p.206).

escrita a principal forma de registrar a história,(GUREVITCH, 1991) fixaram o lugar da fundação de S. Cruz no mesmo plano da origem de Portugal. Assim, seja em uma hagiografia ou em uma crônica monástica de S. Cruz dos séculos XII ao XV, os temas pouco variavam, o processo de Reconquista e a fundação de mosteiros, igrejas e bispados do século XII transformaram-se em um recurso comum para os monges copistas. O recuo temporal foi, a propósito, um mecanismo utilizado amplamente pelos crúzios, com a finalidade de mostrar que a história de Portugal se iniciou com a criação de mosteiros, como S. Cruz, Tarouca e S. Vicente de Fora, e de bispados, como o de Lisboa. Este recuo temporal também pode ser explicado pela tentativa de “presentificar” o passado, tornando as lembranças passadas cada vez mais próximas. (RICOUER, 2007)

Cabe notar, entretanto, que a escrita da memória no interior de Santa Cruz servia de apoio ao principal propósito dessa comunidade monástica, uma vez que, segundo a Ordem, o que levava o monge a ter uma vida cenobítica era a vontade de viver fora do mundo, distante das vaidades terrenas. Portanto, para a comunidade monástica, o regramento da vida estava em primeiro lugar e a escrita monástica nada mais era do que uma forma para confirmar os preceitos da Ordem e da doutrina cristãs.⁵ Ao longo da Idade Média, monges, como o cônego beneditino S. Bernardo, condenavam tentativas de entender os mistérios divinos apenas com os recursos do intelecto, sem levar em consideração a esfera sagrada de todos os acontecimentos históricos. Nesse sentido, o que se propunha era uma escrita que respeitasse os dogmas cristãos, estando de acordo também com as regras da Ordem. Seguindo esses preceitos, os irmãos de S. Cruz, entre os séculos XIV e XV, propõem a dedicação “às orações nas horas e tempos marcados”, (S. AGOSTINHO, 2003, p.10) o controle “da carne com jejuns e abstinência de comida” (S.AGOSTINHO, 2003, p.10) e a renúncia ao “desejo de mulheres”, configurando, assim, o cotidiano do principal mosteiro medieval português.

Desse modo, escolher a vida monástica implicava principalmente em optar por uma aprendizagem coletiva fomentada nas bases da ordem. A oração, nesse caso, se complementava com os estudos religiosos e a escrita da memória, por sua vez, também prestava auxílio às funções litúrgicas, pois através dela se buscava, na história do mosteiro, exemplos para que os monges projetassem o seu futuro. Portanto, os monges copistas faziam

⁵ (VAUCHEZ,1995: p.62-63). O objetivo de Vauchez assinalado, na obra, é mapear a sucessão de diferentes espiritualidades que se desenvolveram no Ocidente medieval, desde a formação de um corpo de fiéis ao desdobramento de práticas religiosas destinadas exclusivamente aos leigos. Assim, a intenção do autor consiste em evidenciar as mudanças na interpretação e na vivência da mensagem cristã. Além disso, segundo Vauchez, a vida do clérigo estaria regida, sobretudo, pelas regras normativas da ordem que ele segue.

da escrita uma forma de acesso a exemplos de vidas apostólicas, isto é, de vidas de mártires que conseguiram mortificar a carne, jejuar e contribuir no processo de reconquista, orando por Afonso Henriques e dando-lhe conselhos. Como a intenção da Ordem era educar seus monges para a vida apostólica, priorizou-se uma escrita que demonstrasse, sobretudo, a presença de Deus ao lado de quem realmente seguisse os passos dos Apóstolos.

Em larga medida, o ofício litúrgico definia a vocação religiosa e determinava a vida espiritual, fazendo do conjunto de exercícios morais e físicos do mosteiro os fundamentos da vida em comunidade.(PACAULT, 1970). Portanto, a própria regra deveria consolidar a vida dos monges na liturgia e todas as atividades desempenhadas pelos crúzios estavam submetidas às leis da regra, inclusive a escrita hagiográfica e histórica. Dito de outro modo, a escrita tornou-se um ramo do ofício litúrgico.

É nesse contexto que a elaboração dos anais e das crônicas no mosteiro de Santa Cruz torna-se uma prática corrente desde o século XII, testemunhando o empenho em compilar textos sagrados. A atividade do *scriptorium* dos crúzios relativa na metade do século XII resultou na produção do *Livro Santo*, obra que reuniu inventários do cartório monástico, contendo cartas de venda e de troca de bens, além da primeira versão, em latim, da vida de D. Teotônio. Portanto, durante o fortalecimento desta Ordem agostiniana, procurava-se compilar vários materiais sobre a memória do mosteiro e sobre os fatos memoráveis que envolveram a vida de Afonso Henriques. Em outras palavras, as atividades desenvolvidas no *scriptorium* dos mosteiros eram consideradas elevadas desde o século XII. Em Portugal, como a corte era itinerante, o *scriptorium* de Santa Cruz tomou a iniciativa de guardar em seus arquivos vários manuscritos, livros sobre direito civil e eclesiástico, regras monásticas e obras consagradas às artes liberais, incluindo também textos clássicos de medicina, aritmética e distintos volumes de doutrina sagrada(LENCART,1997, p.130-131) Bernard Guenée tateia a produção de manuscritos dos *scriptoria* monásticos de vários lugares, considerando a compilação como o principal instrumento do *scriptor* na elaboração de suas obras, tanto que é possível dizer que cada palavra acrescentada ao manuscrito revelava uma convicção religiosa ou uma atitude política.(GUENÉE, 1985, p.204) Os cronistas monásticos, ao seguirem os conselhos dos padres do Deserto e de S. Agostinho, adotaram uma língua simples para contar a história, pois o que interessava, de fato, era o registro da verdade histórica. Guenée procura demonstrar que os monges copistas tinham a convicção de que seus manuscritos contavam com um dedo de Deus na hora de serem compilados, ou seja, todo o labor dedicado ao texto era acompanhado do empenho do Criador para que as obras viessem a se concretizar. Segundo ele, a produção de manuscritos se amparava em obras que ajudavam a compor a história cristã, como os livros

de S. Agostinho. Por isso, para que o *scriptor* tivesse êxito em sua tarefa, era necessário uma biblioteca no próprio mosteiro, onde ele buscava amparo argumentativo para suas obras.

Essa biblioteca podia adquirir novos livros a partir de três modos: compra, cópia e doação, mas havia também um outro recurso, muito usado por Santa Cruz, que era enviar monges freqüentemente a S. Rufo, seu mosteiro fundador, para acessar seu acervo. Desde o século XII, o livro contribuía para que o monge exercitasse a sua fé e a obra *De doctrina Christiana*, de S. Agostinho, ajudava os principais mosteiros medievais europeus a refletirem sobre a vida. Diante disso, pode-se dizer que, em S. Cruz, Alcobaça ou em Saint-Denis, na França, o manuscrito assessorava o ofício divino. As obras, depois de prontas, isto é, depois de compiladas, eram postas em armários ou em cofres,(CHARTIER, 1989, p. 81) de forma que, nos mosteiros, o saber era entesourado como um patrimônio.

Em última instância, desde o século XII, os manuscritos elaborados no *scriptorium* de S. Cruz eram recheados de histórias sobre a própria formação do mosteiro. Esses textos compartilhavam a mesma visão de mundo, isto é, ordenavam os fatos a partir das experiências que acreditavam ser vividas pelos clérigos de sua ordem, bem como pelos primeiros reis de Portugal. O *cronicon Caninbricense*, manuscrito que deve ter sido começado entre os séculos XII e XIII, assim como as *Crônicas Breves* e a *Vida de D. Teotônio*, vinculou a imagem de S. Cruz a pessoa de Afonso Henriques, como se a presença do mosteiro no reino validasse os dogmas cristãos desse rei. Assim, os monges copistas de S. Cruz, do século XII ao século XIV, entendiam que a construção de S. Cruz e de outros mosteiros permitiu que a fé cristã se espalhasse pelo reino, era uma idéia comum, nesse período, conceber, portanto, os mosteiros como o centro da vida social do reino.

S. Cruz era um centro cultural, no qual se escrevia e se armazenavam livros de valores inestimáveis para a formação religiosa. Os livros eram vistos como materiais dignos de fé, haja visto que os monges perceberam que a composição de livros representava um dos meios mais eficazes para imortalizar um ensinamento divino. Em S. Cruz e em outros mosteiros medievais portugueses, os livros ocupavam lugares privilegiados. Nesses locais, a palavra era usada para rememorar e também para educar os fiéis. Assim, do interior dos *scriptoria* emergiu uma cultura escrita, cuja tarefa era a de beatificar o mosteiro e logo em seguida o reino.

Desde modo, havia monges contadores de histórias, mas não qualquer história, somente aquela que fosse capaz de mostrar e manter a presença de Deus entre os homens. Como a escrita fazia parte das funções litúrgicas, os livros de histórias foram usados na educação dos monges, principalmente para edificar a alma, pois, como disse S. Agostinho é

pela memória que o homem conhece a Deus e sabe como reconhecer o mundo. Vale reafirmar que S. Cruz inseria-se em uma rede de instituições eclesiásticas que tinha como principal tarefa cristianizar o território. S. Cruz, portanto, além de levar a palavra de Deus ao reino, fez de seu arquivo um lugar privilegiado para se usar a escrita da memória como uma outra forma de acesso ao ensinamento divino.

BIBLIOGRAFIA:

BLANCHARD, J; MÜHLETHALER, J-C. *Écriture et pouvoir à l'aube des temps modernes*. Paris : Presses Unisersitaires de Frence, 2002.

CURTIUS, E. R. *Literatura Européia e Idade Média Latina*. São Paulo: Edusp, 1996.

CRUZ, A. *Anais, Crônicas e Memórias Avulsas de Santa Cruz de Coimbra*. Porto: Biblioteca Pública Municipal, 1968.

_____. *Santa cruz de Coimbra na cultura portuguesa da Idade Média*, vol. 1. Porto, 1964.

DUBY, G. *Saint Bernard. L'art cistercien*. Paris: Flammarion, 1979

FOUCAULT. *A ordem do discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 2006.

_____. *O que é um autor ?* Lisboa: Veja, 1992.

GENET, J; VINCENT, B. *Etat et eglise dans la genese de l'etat moderne*. Madrid: Casa de Velazquez, 1986.

GUENÉE, B. *O Ocidente nos séculos XIV e XV*. Os Estados. São Paulo: EDUSP, 1971/1981.

_____. *Histoire et culture historique dans l'occident médiéval*. Paris : Aubier Montaigne, 1980.

GUSMÃO, A. *A Real Abadia de Alcobaça*. Estudo Histórico-Arqueológico. Livros Horizonte: Lisboa, 1992, p.37-49

GUREVITCH, A. *As Categorias da cultura medieval*. Lisboa: Caminho (Coleção Universitária), 1991.

KANTOROWICZ, E. H. *Os dois corpos do rei: um estudo sobre teologia política medieval*. São Paulo: Companhia das Letras, 1957/1998.

KOSELLECK, R. *Futuro Passado*. Contribuições à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

LANCIANI, G e TAVANI, G. *Dicionário da Literatura Medieval Galega e portuguesa*. Lisboa: Editora Caminho, 1993.

LAPA, R. *Lições de Literatura Portuguesa. Época Medieval*. Coimbra: Coimbra Editora, 1952.

LE GOFF, J. *Os intelectuais na Idade Média*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.

_____. "Memórias". In: Enciclopédia EINAUD. *Memória-História*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1984, vol. 1.

LE GOFF, J e SCHIMITT, J. C. *Dicionário Temático de História Medieval*, vol. 1 e vol. 2. Bauru: EDUSP, 2002.

LOYON, H.R. *Dicionário da Idade Média*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.

MARQUES. A. P. *A historiografia dos descobrimentos e expansão portuguesa*. Coimbra: Livraria Minerva, 1991.

- MATTOSO, J. Fragmentos de uma composição medieval. Lisboa: Editorial Estampa, 1987.
- _____. *História de Portugal II*. Lisboa: Editorial Estampa, s. d.
- _____. A formação da nacionalidade In: TENGARRINHA, J. *História de Portugal*. Bauru: EDUSC, 2001.
- _____. *Identificação de um país*. Ensaio sobre as origens de Portugal 1096-1325. Lisboa: Editorial Estampa, 1985.
- MOMIGLIANO, A. “As origens da historiografia eclesiástica” In: *As raízes clássicas da historiografia moderna*. Bauru: Edusc, 2004.
- MONGELLI, L. M. (org) *A Literatura Doutrinária na corte de Avis*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- MONGELLI, L.M; MALEVAL, M.A.T; VIEIRA, Y. F. *A literatura portuguesa em perspectiva*. São Paulo : Atlas, 1992. Vol.1.
- PEREIRA, I. “*Escolas e Livros na Idade Média*” In: Congresso de História da Universidade de Coimbra, 1990.
- PIMENTA, A. Fontes Medievais da história de Portugal, 2ed, Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora 1992.
- NORA, P. *Les Lieux de mémoire*. Paris: Gallimard, 1997. Vol. 1.
- QUILLET, J. *D'une cité l'autre*. Problèmes de philosophie politique médiévale. Paris: Honoré Champion éditeur, 2001.
- RADULET, M. C. *O Cronista Rui de Pina e a “Relação do Reino do Congo”*. Imprensa Nacional-Casa da Moeda, s.d.
- REBELO, L. de S. *A concepção de poder em Fernão Lopes*. Livros Horizonte, 1983.
- RICOEUR, P. *A memória, a história e o esquecimento*. Campinas: Editora Unicamp, 2007.
- SARAIVA, A. J. *A épica medieval portuguesa*. Lisboa; Gráfica Maiadouro, 1991.
- _____. *O crepúsculo da Idade Média em Portugal*. Lisboa; Gradiva, 1993.
- SCHMITT, J.C. *La raison des gestes dans l'Occident Médiéval*. Paris : Gallimard, 1990.
- _____. *Le Corps, Les Rites, Les Rêves, Le Temps*. Essais d'anthropologie médiévale. Paris ; Éditions Gallimard, 2001.
- SERRÃO, J. V. *A Historiografia portuguesa*. Lisboa: Editorial Verbo, 1972.
- _____. *História de Portugal*. Lisboa: Verbo, 1978. vol.1.
- SAMPAIO, A, F. *História da Literatura portuguesa ilustrada*. Livrarias Aillaud Bertrand. S.d.
- S. AGOSTINHO. *Regra de S. Agostinho*. Belo Horizonte : Grafica e Editora o Lutador, 2003.
- SOARES, T.S. “A historiografia portuguesa no século XV” In: *A Historiografia Portuguesa Anterior a Herculano*. Actas do Colóquio. Lisboa. 1997.
- STRAYER, J. *As origens medievais do Estado Moderno*. Lisboa: Gradiva, s. d.
- ULLMANN, W. *Historia del pensamiento político em la edad media*. Barcelona: Editora Ariel, 1992.
- VILAR, V. H. *As Dimensões de um poder*. A Diocese de Évora na Idade Média. Editorial Estampa: Lisboa, 1999, p.21-23.
- VENTURA, M. G. *Igreja e Poder no século XV*. Dinastia de Avis e Liberdades Eclesiásticas (1383-1450). Lisboa: Edições Colibri, 1997.
- _____. *O Messias de Lisboa*. Um Estudo de Mitologia Política Medieval (1383-1415). Lisboa: Edições Cosmo, 1992.
- VERGE, J. *As universidades na Idade Média*. São Paulo: Editora Unesp, 1990.

_____. *Cultura ensino e sociedade no ocidente nos séculos XII e XIII*. Bauru: Edusc, 2001.

_____. *Homens e saber na Idade Média*. Bauro: Edusc, 1999.

VEYNE, P. *Acreditaram os gregos nos seus mitos?* Lisboa:Edições 70, 1983.

_____. *Como se escreve a história e Foucoult revoluciona a história*. Brasília: Editora UnB, 1998.

WHITE, H. *El contenido de la forma*. Barcelona: Paidós, 1992.